
HIGIENISMO E POSITIVISMO NO BRASIL: unidos e separados nas campanhas sanitárias (1900 - 1930)

Edivaldo Góis Junior

Doutorando em Produção Histórica da Educação Física pela Universidade Gama Filho-RJ; Professor de Dimensões Históricas e Sociais da Educação Física na Universidade Cidade de São Paulo e na UNINOVE

Resumo

Propomos, neste texto, um resgate histórico baseado na seguinte questão: qual a relação do positivismo com o ‘movimento higienista’? Para tanto, foram pesquisadas fontes primárias e secundárias sobre este tema, no Brasil, relatando as tensões internas desses movimentos e ressaltando suas orientações políticas e filosóficas. Concluimos que não podemos afirmar que o movimento higienista apresentasse um caráter positivista, pelo simples motivo de que, em nosso país, positivistas e higienistas algumas vezes estiveram em campos opostos. Dessa forma, não encontramos indícios de uma determinação metodológica do positivismo no movimento higienista, mas tão-somente no aspecto moral de crença na ciência.

Palavras-chave: história da ciência; movimento higienista; historiografia; saúde pública.

Abstract

Which the relation of the positivism with the hygienist movement? That is central inquiry of our historical research. We surveyed history studies about the theme in Brazil, relating the internal tensions of these movements, stressing their political and philosophical orientations. We conclude that we cannot affirm that the ‘action hygienist’ belonged to positivist character. By the simple reason, in Brazil, positivists and hygienists, sometimes were in opposite field. The conclusion is that one cannot state that the hygienist movement was determined by the positivism or had a positivist character, simply because positivist and hygienist in Brazil were sometimes in opposite fields. Thus, we do not find indications of a methodological determination of the positivism in the hygienist movement, but only in the moral aspect of belief in the science.

Key words: history of science; hygienist movement; historiography; public health.

Introdução

No campo da Educação Física e Esportes, a historiografia do movimento higienista foi decisiva para o entendimento das concepções ideológicas dos defensores e instrutores de ginástica no início do século, no Brasil. Sempre se atestou a forte influência dos higienistas, em conjunto com a dos militares, no ideário que possibilitou a consolidação da profissão.

Segundo Castro (1997), os debates sobre o modelo de educação física a ser implantado no Brasil, embora envolvessem discussões científicas, não se restringiam a elas nem se resolviam no campo acadêmico. Muitas divergências surgidas com a Igreja e grande parte dos educadores civis foram resolvidas em um campo antes político que científico, contexto que atesta o ecletismo de proposições políticas e científicas que marcam os defensores da Educação Física no Brasil, sendo difícil rotular esse projeto de positivista.

Neste texto, interessa-nos o movimento higienista como uma proposta positivista, particularmente sua expressão no âmbito das campanhas sanitárias. Assim, formularemos algumas hipóteses que podem orientar outros trabalhos, para a busca de um melhor entendimento sobre a influência da Filosofia e da História das Ciências no campo da saúde pública. Particularmente, incomodamos a rotulação de algumas personagens históricas em suas orientações científicas; por isso, vislumbraremos algumas fontes que podem relativizar determinadas rotulações consagradas na história da Educação Física e Desportos e da Saúde Pública.

A hipótese defendida aqui é que a filosofia e a história das ciências influenciaram, mas não determinaram as disputas na história da saúde pública. Muitas vezes, pesquisadores identificam uma semelhança entre determinada orientação prática de alguma personagem e uma característica específica de uma filosofia, perpetrando então mais uma rotulação precipitada.

Positivismo no Brasil

Positivismo, de uma forma sucinta, é entendido como o método científico que afirma ser todo o axioma racional passível de explicação, justificado por uma lógica experimental e matemática. As leis da ciência regem o mundo, fugindo de explicações

espiritualistas. Comte substituíra a religião católica oficial, então tradicional, pela 'Religião da Humanidade' (SKIDMORE, 1998).

Em meados da segunda metade do século XIX e início do XX, os intelectuais brasileiros recebiam grande influência do positivismo, o que parece suficiente para afirmar que o movimento higienista era positivista. Em quais aspectos essa afirmação se sustenta? A pergunta torna-se mais complexa quando indagamos: que positivismo? Comtiano, Spenceriano, Darwinista? E o mais importante: o que significava positivismo para aqueles intelectuais brasileiros?

Ser positivista no Brasil, no período de 1900 a 1930, não era propriamente ser um conhecedor da Lei dos Três Estados; significava ser, sobretudo, um cientificista e acreditar na ciência, que era um pensamento bastante reivindicatório em um período no qual a Igreja Católica ainda contava com forte poder político no Brasil — enfim, os adeptos dessa corrente foram os defensores da ciência em uma sociedade cristã e católica. A comparação com o marxismo parece-nos muito interessante, pois, de fato, nas décadas de 60 a 80, ser marxista era revoltar-se contra as injustiças sociais, mais do que aplicar o materialismo histórico. Um bom exemplo empírico dessa explicação encontra-se nas memórias de Gilberto Amado (apud MICELLI, 2001, p. 58-9, grifos nossos).

Quase todo o rapaz do meu tempo em Pernambuco era agnóstico, darwinista, spencerista, monista. Quando apareceu no primeiro ano um MacDowell do Pará, que tinha passado pelos colégios de Paris, demonstrando a existência de Deus pelas belezas da criação, canto de pássaros etc., provocou riso, foi ridicularizado. Havia, porém, uma minoria [...] que refugava o fenomenismo, o mecanicismo, e afirmava-se espiritualista, teleologista [...] Para simplificar, todo o mundo era positivista, isto é, darwinista, monista, fenomenista, evolucionista, mas ninguém propriamente prosélito de Augusto Comte.

O Brasil, no campo político, científico e cultural vivia um ecletismo extremamente conciliador, o que tornava bastante complexo entender a intervenção positivista: até que ponto ela está presente? Por que defende campos opostos de intervenção? Esse quadro fica ainda mais complexo quando tentamos identificar a aplicação dessas teorias no campo social, o que faremos a seguir.

O positivismo nas campanhas sanitárias no Brasil

Da relação dos intelectuais da saúde com os positivistas, podemos derivar duas correntes principais do movimento higienista: uma formada pelos intelectuais de cunho estritamente técnico, que nunca se preocuparam com a adoção de uma filosofia positivista, como Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, e outra, por profissionais da saúde muito ativos nas discussões filosóficas brasileiras, como Luís Pereira Barreto, Afrânio Peixoto e Belisário Pena. Os últimos eram influentes nas divergentes escolas positivistas brasileiras, enquanto os primeiros, ao contrário, consideravam os próprios positivistas seus grandes rivais. Como isso ocorreu?

Na primeira década do século XX, por influência dos sucessos da bacteriologia na Europa, um modelo campanhista, centrado nas imunizações e na fiscalização de hábitos, toma conta do Rio de Janeiro. Data do fim do século XIX e início do XX a fundação de oito institutos de teste bacteriológico no eixo Rio-São Paulo (LUZ, 1982). Essa perspectiva bacteriológica que, segundo Hochman (1998), atribuía a difusão das doenças aos microorganismos, fomentava um programa de ação que procurava evitar o contato dos indivíduos com os causadores de cada doença, utilizando como arma a vacina, ou então o combate ao vetor, garantindo ao movimento um papel de regulação da vida privada e pública. Oswaldo Cruz é o nome mais destacado dessa linha; no entanto, suas orientações causaram resistência popular, desembocando na Revolta da Vacina. Ocorrida no ano de 1904, seu pretexto imediato foi a campanha de vacinação obrigatória em massa contra a varíola, o que causou a indignação do povo. Com isso, dois grupos de oposição política aproveitaram o fato para criticar a Primeira República. O primeiro, muito difuso, compunha-se genericamente de simpatizantes dos governos militares de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto: eram jovens oficiais

formados nas escolas técnicas de preparação de cadetes, que propunham uma reorganização geral da sociedade em uma ditadura militar, inspirada no positivismo de Augusto Comte. O outro agrupamento de conspiradores era formado pelos monarquistas depostos pelo novo regime (SEVCENKO, 1984).

Skidmore (1998, p. 111) também ressalta a oposição positivista à campanha de vacinação nos seguintes termos: “Os positivistas eram os opositores mais ferrenhos, especialmente da vacinação compulsória [...]”. É interessante perceber que os positivistas ortodoxos do Rio de Janeiro, marcados pelo autoritarismo e defensores de uma ditadura republicana, punham-se contra a obrigatoriedade da vacina, sob o pretexto de invadir as liberdades individuais. Na verdade, era uma estratégia política que pretendia usar a revolta popular em seu favor, derrubando os positivistas heterodoxos liberais, representados pelos paulistas Rodrigues Alves (Presidente) e Pereira Passos (Prefeito do Rio de Janeiro). Os positivistas ortodoxos abandonavam seus princípios para organizar um golpe: criticando o movimento higienista, revelavam mais uma vez o caráter não metodológico em que eram absorvidas as teorias no Brasil. Na descrição de Sevcenko (1984, p. 12):

O argumento do governo era de que a vacinação era de inegável e imprescindível interesse para a saúde pública. E não havia como duvidar dessa afirmação, visto existirem inúmeros focos endêmicos de incidência da varíola no Brasil, sendo o maior deles justamente a cidade do Rio de Janeiro. Esse mesmo ano de 1904 atestou um amplo surto epidêmico, sendo que até o mês de junho haviam sido contabilizados oficialmente mais de 1 800 casos de internações no Hospital de São Sebastião, no Distrito Federal. Durante o ano de 1904 o total de óbitos devidos à varíola seria de 4 201. A medida, além do mais, insistiam as fontes do governo, fora adotada com pleno sucesso na Alemanha em 1875, na Itália em 1888 e na França, em 1902; por que não o seria então no Brasil, onde sua incidência era muito mais grave?

A oposição respondia que, no Brasil, os métodos utilizados eram autoritários, e os funcionários públicos – enfermeiros e policiais encarregados da tarefa – tinham uma moral duvidosa, situação agravada pela desconfiança que a vacina provocava no início do século, com relato de mortes após a inoculação. É interessante observar que até mesmo Rui Barbosa tinha receio da vacina:

Não tem nome, na categoria dos crimes do poder, a temeridade, a violência, a tirania a que ele se aventura, expondo-se, voluntariamente, obstinadamente, a me envenenar, com a introdução no meu sangue, de um vírus sobre cuja influência existem os mais bem fundados receios de que seja condutor da moléstia ou da morte (apud SEVCENKO, 1984, p. 15).

A população se rebela, a cidade do Rio de Janeiro transforma-se em um campo de batalha, controlada depois de uma forte repressão. Por trás da campanha de vacinação estavam Oswaldo Cruz e a corrente do contágio. A historiografia especializada destacou o aspecto autoritário, como estratégia das classes dominantes para oprimir e controlar o povo, a exemplo do texto de Marins (1998), em que trata o movimento higienista de forma precipitada, desconhecendo as tensões internas que nele ocorriam e os ideais dos vários higienistas, julgando-o mero projeto de sociedade positivista, sem saber que até positivistas foram contra suas indicações, como demonstrou o episódio da Revolta da Vacina.

Higienistas contra Gobineau

Soares (2001) associou o pensamento médico higienista com o positivismo, sobretudo pela naturalização das questões sociais, que desembocava num discurso de determinação racial importado da França, mais especificamente do Conde Gobineau. Podemos demonstrar que alguns higienistas foram fortes críticos das concepções deterministas raciais.

Quando os intelectuais brasileiros, na década de trinta, começam a exigir do governo uma intervenção, com o objetivo de melhorar as condições sociais da população – segundo eles, um passo impreterível para a modernização do país –, os médicos que trabalhavam na área da Higiene se interessaram por esse debate. Às

vezes, a discussão partia dos próprios ‘higienistas’, influenciando intelectuais como Monteiro Lobato.

Com essa autoridade, os médicos prescreveram novos hábitos sobre todas as condições que pudessem afetar, de algum modo, a saúde, ou seja, todas as atividades humanas – trabalho, escola, moradia, asseio corporal, moralidade. Se o país estava doente, cabia curá-lo, ou, em seus termos, saneá-lo. Os primeiros passos dos higienistas caracterizaram-se por uma crítica à situação de abandono e, depois, pela negação do determinismo racial, como se estivessem afirmando aos intelectuais que concordavam com suas explicações para o atraso, dispendo-se, dessa forma, a colaborar na intervenção. Miguel Couto (1932, p. 82) era categórico quanto à questão do determinismo racial:

Não há raças humanas, nem superiores nem inferiores, o que há são povos adaptados ao meio em que nasceram e se formaram, e que transferidos para outros se constituem o centro do metabolismo longo e eficiente [...]. Um país de imigração como o nosso, na altura em que se acha, já está em tempo de cuidar de sua seleção social não tanto pelo medo do contágio dos efeitos, como pela necessidade de apuro de qualidades.

Este autor se afastava do pensamento determinista racial; para ele, as características do indivíduo não eram transmitidas apenas geneticamente. Portanto, se o povo brasileiro se encontrava fragilizado no aspecto da saúde, isso não se devia à sua constituição genética inferior, como pregavam os deterministas ‘à la Gobineau’, mas ao ambiente e à condição de abandono que vinha inferiorizando a raça no decorrer dos tempos. Então, o que fazer? Melhorar a raça por meio da educação, como ele mesmo indica: “a educação do povo é o nosso primeiro problema nacional; primeiro, porque o mais urgente; primeiro, porque solve [sic!] todos os outros; segundo, porque resolvido, collocará [sic!] o Brasil a par das nações mais cultas [...]”. (COUTO, 1938, p. 37-8). Pela educação, formar-se-ia uma genuína cultura brasileira e um povo mais saudável, com

melhores condições de vida. Educação democratizada, o povo poderia adquirir virtudes valorizadas à época, cuidaria melhor de si próprio e educaria adequadamente seus filhos; além disso, seria preparado para o trabalho moderno, possibilitando ao Brasil um maior desenvolvimento. O brasileiro seria mais saudável porque aprenderia os novos hábitos higiênicos indicados pelos cientistas, criando, assim, um sentimento comum de nacionalidade, uma cultura própria. Com esse discurso intervencionista, pautado na Educação e Saúde, os higienistas colaboraram na melhoria das condições de vida do trabalhador.

Também Penna (1923, p. 25), líder da Liga Pró-Saneamento do Brasil, compartilhava a idéia de povo doente e abandonado pelo Estado. Ele não acreditava nas teorias européias sobre a inferioridade da raça brasileira:

N'um país de doentes e analphabetos. Como o Brasil, a preocupação máxima, primordial, de governantes conscientes deveria ser a do saneamento physico, moral e intelectual dos seus habitantes [...] Não há prosperidade, não pode haver progresso entre indivíduos ignorantes, e muito menos quando á ignorância se juntam as moléstias e os vícios, o abatimento physico e intellectual, as lesões de órgãos essenciais [sic!].

Em seus escritos, encontramos o ideal da intervenção do Estado voltada à promoção da saúde e educação do povo. Para ele, o problema do Brasil era falta de vontade política e organização. Voltando a seus termos:

todos os problemas relativos à salubridade das regiões e à saúde dos seus habitantes prendem-se intimamente aos de sua organização política e social. Cada um delles não pode ser resolvido sem o concurso dos outros; são rodas conjugadas de uma maquina, que só funciona regularmente quando suas engrenagens se ajustam e os seus eixos não se deslocam (op.cit., p. 68).

Na sua opinião, era preciso organizar o país; recursos, dizia ele, não faltavam ao governo, acrescentando a crítica à política de empréstimos financeiros e emissão de títulos da dívida pública (precatórios). Como indicar ao indivíduo que tomasse banho todos os dias e usasse roupas limpas, se ele não tinha nem o que comer? Diante desse quadro, apesar de poder direcionar seu discurso para outros setores da sociedade, o higienista preferiu discursar em favor da mudança do panorama social desolador, denunciando um país que deixava seu povo padecer isolado no campo. Dizia ele, “eis a causa da apavorante mortandade de crianças, de que não há muito os jornais se ocuparam, gastando muita tinta sem descortinar o seu principal factor – a fome” (op.cit., p. 90). Apontava, como causa maior de nossa debilidade física, a fome do povo do interior e também dos centros urbanos – portanto, nosso problema era social. Propunha uma visita às periferias do Rio de Janeiro, pois ali encontraríamos o mesmo contexto desolador, criado pelas más condições de vida dos trabalhadores.

Para Penna, mais do que um problema racial brasileiro, havia os fatores sociais como determinantes da situação de debilidade de nosso povo, que poderiam ser superados, desde que se investisse no ensinamento da ciência em todos os ramos da atividade humana, assistidos pela medicina e higiene, e no ensino do trabalho profissional – isso exigiria a intervenção do Estado. Nos seus escritos: “Nós ficamos mais ou menos impassíveis, alegando que o mal foi importado da África ou de alhures, que está generalizado, que é próprio do clima e da raça, que é muito difícil de combater-se, e queijandas tolices” (op.cit., p. 56).

Para o leitor que conhece o movimento higienista pela historiografia da Educação Física dos anos 80, ou por muitos autores da historiografia da Saúde Pública, a leitura dessas passagens deve causar, no mínimo, uma reflexão. Vale lembrar que esse autor foi um dos mais representativos do movimento higienista brasileiro, influenciando intelectuais como Monteiro Lobato, organizando expedições pelo interior do Brasil, diagnosticando várias doenças e denunciando a falta de responsabilidade do Estado com o problema da saúde. Unido a Arthur Neiva, liderou a Liga Pró-Saneamento do Brasil, um dos movimentos de maior repercussão entre os médicos, que deu origem à Sociedade Brasileira de Higiene, sempre

defendendo a obra de saneamento como um projeto de intervenção social – definitivamente, nosso problema era social.

Considerações Finais

Concluimos, primeiramente, que não se pode afirmar que o movimento higienista tivesse caráter estritamente positivista, pelo simples motivo de que, no Brasil, positivistas e higienistas algumas vezes estiveram em campos opostos. Além disso, a leitura do positivismo no Brasil era extremamente difusa, sobretudo no início do século XX, o que descaracterizava a criação da categoria ‘positivista’, dada a diversidade de opiniões sobre ela. Havia somente uma unificação em torno do espírito cientificista, da crença nos valores da ciência, como os verdadeiros e únicos com capacidade de governar a humanidade, contrapondo-se, inclusive, à cultura católica brasileira.

Dessa forma, não encontramos indícios de uma determinação metodológica do positivismo no movimento higienista, apenas sua influência no aspecto moral de crença na ciência.

Referências

CASTRO, Celso. In: *Corpore Sano* – os militares e a introdução da educação física no Brasil. In: *Antropolítica*. n. 2. Niterói, p.61-78, 1. sem.1997.

COUTO, Miguel. Seleção social no Brasil. In: *Medicina e Cultura*. v.1. Rio de Janeiro: Oscar Mano e Cia., 1932. p. 80-112.

_____. A educação e a saúde. In: *Medicina e cultura: no Brasil só há um problema nacional – a educação do povo*. v.2. Rio de Janeiro: Oscar Mano e Cia., 1938, p. 57-75.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. São Paulo: Hucitec, 1998. 261 p.

LUZ, Madel, Therezinha. *Medicina e ordem política brasileira*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. 218 p.

MARINS, Paulo. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, N. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 131-214.

MICELLI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 436 p.

PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ribeiro dos Santos, 1923. 371 p.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984. 104 p.

SKIDMORE, Thomas. *Uma história do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. 356 p.

SOARES, Carmem Lúcia. *Educação física, raízes européias e Brasil*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001. 143 p.
